



CAFÉ COM O CONTABILISTA

ONLINE

Financiamento e Prestação de Contas Eleitorais 2020

Uma parceria entre o CRCMG e EJEMG

JÚLIO CÉSAR DINIZ ROCHA

- COORDENADOR DE CONTROLE DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS – TRE-MG**
- MEMBRO TITULAR DO GRUPO NACIONAL DE TRABALHO DAS NORMAS E SISTEMAS SOBRE FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS DO TSE**

Financiamento e Prestação de Contas Eleitorais

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- **LEI 9.504/97** (LEI DAS ELEIÇÕES)
- **RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019** (DISPÕE SOBRE ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ELEIÇÕES 2020);
- **RESOLUÇÃO TSE Nº 23.605/2019** (DISPÕE SOBRE O FEFC – FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA);
- **COMUNICADO BACEN Nº 3551/2020** (DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CONTAS BANCÁRIAS PARA AS ELEIÇÕES 2020).

Financiamento e Prestação de Contas Eleitorais – Eleições 2020

1º TEMA: FINANCIAMENTO DA CAMPANHA (REQUISITOS E ARRECADAÇÃO DE RECURSOS)



Financiamento da Campanha

- PRE´- REQUISITOS

1 - Candidatos:

A - requerimento do registro de candidatura;

B - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

C - abertura de conta bancária específica; e

D - emissão de recibos eleitorais, por meio do SPCE, na hipótese de doações estimáveis em dinheiro e doações pela internet.

2 - Partidos:

A - o registro ou a anotação conforme o caso, no respectivo órgão da Justiça Eleitoral;

B - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

C - abertura de conta bancária específica; e

D - emissão de recibos de doação, por meio do SPCA.



Financiamento da Campanha

- Períodos para Arrecadação

- ☐ Partidos políticos e candidatos podem arrecadar recursos a partir do preenchimento dos pré-requisitos e até o dia das eleições.
- ☐ Partidos políticos e candidatos podem contrair obrigações a partir da data da realização da respectiva convenção partidária, nos casos específicos definidos pela legislação, e até o dia das eleições.
- ☐ Após a eleição, é permitida a arrecadação de recursos exclusivamente para a quitação de despesas já contraídas e não pagas até o dia da eleição, as quais deverão estar integralmente quitadas até o prazo de entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.



Financiamento da Campanha

- LIMITE DE GASTOS

- ❑ O limite de gastos nas campanhas dos candidatos às eleições para prefeito e vereador, na respectiva circunscrição, será equivalente ao limite para os respectivos cargos nas eleições de 2016, atualizados pelo IPCA, aferido pelo IBGE;
- ❑ Os valores atualizados serão divulgados pelo TSE, cuja publicação deverá ocorrer até o dia 20 de julho do ano da eleição;

UF	Município	Cargo	Limite de Gastos 1º Turno	Limite de Gastos 2º Turno	Quantidade Limite de Contratação	Eleitorado Apto
MG	BETIM	Prefeito	R\$ 4.524.655,00	R\$1.357.396,50	548	278.234
MG	BETIM	Vereador	R\$ 227.836,99		274	278.234

Financiamento da Campanha

- LIMITE DE GASTOS (Continuação)

- ☐ Compõe o limite de gastos:

- ☐ I - o total dos gastos financeiros de campanha contratados pelos candidatos;
- ☐ II - as transferências financeiras efetuadas para outros partidos políticos ou outros candidatos;
- ☐ III - as doações estimáveis em dinheiro recebidas.

- ☐ Os valores transferidos pelo candidato para a conta bancária do seu partido político serão considerados, para a aferição do limite de gastos, no que excederem as despesas realizadas pelo partido político em prol de sua candidatura.

- ☐ Gastar recursos além dos limites estabelecidos sujeita os responsáveis ao pagamento de multa no valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que exceder o limite estabelecido, podendo os responsáveis responderem, ainda, por abuso do poder econômico, na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.



Financiamento da Campanha

- RECIBOS ELEITORAIS

- ❖ Deverá ser emitido recibo eleitoral pela arrecadação de recursos:
 - 1 - *estimáveis em dinheiro para a campanha eleitoral, inclusive próprios; e*
 - 2 - *por meio da internet.*
- ❖ Os candidatos deverão imprimir recibos eleitorais diretamente do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE).
- ❖ Os partidos políticos deverão utilizar os recibos emitidos pelo Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA), ainda que as doações sejam recebidas durante o período eleitoral.

Financiamento da Campanha

- RECIBOS ELEITORAIS (Continuação)

❖ - É facultativa a emissão do recibo eleitoral prevista nas seguintes hipóteses:

I - cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por cedente;

II - doações estimáveis em dinheiro entre candidatos e partidos políticos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, e

III - cessão de automóvel de propriedade do candidato, do cônjuge e de seus parentes até o terceiro grau para seu uso pessoal durante a campanha.

ATENÇÃO: A dispensa de emissão de recibo eleitoral, prevista nos casos acima, não afasta a obrigatoriedade de serem registrados na prestação de contas dos doadores e na de seus beneficiários os valores das operações.

Financiamento da Campanha

- CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA DE CAMPANHA (DOAÇÕES PF)

- ❑ A conta bancária de campanha deve ser aberta, obrigatoriamente, independentemente de movimentação financeira, em agências bancárias ou postos de atendimento bancário:

I- pelo candidato, no prazo de 10 (dez) dias contados da concessão do CNPJ pela RFB;

II - os partidos que não abriram a conta bancária "Doações para Campanha" até o dia 15 de agosto de 2018, poderão fazê-lo até 15 de agosto do ano eleitoral.

- ❑ A obrigação prevista acima deve ser cumprida pelos partidos políticos e pelos candidatos, exceto se:

I - na circunscrição do candidato não haja agência bancária ou posto de atendimento bancário ou;

II - cujo candidato, formal e judicialmente, tenha renunciado, teve o registro indeferido, desistiu ou foi substituído antes do fim do prazo de 10 (dez) dias a contar da emissão do CNPJ de campanha e desde que não haja indícios de arrecadação de recursos e realização de gastos eleitorais.



Financiamento da Campanha

- CONTAS BANCÁRIAS – FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC

- Nas hipóteses de repasses de recursos oriundos do Fundo Partidário (FP) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os partidos políticos e os candidatos devem abrir contas bancárias distintas e específicas para o registro da movimentação financeira desses recursos;
- O partido político que aplicar recursos do Fundo Partidário na campanha eleitoral deve fazer a movimentação financeira diretamente na conta bancária específica do fundo partidário, se já existente;
- É vedada a transferência de recursos entre contas cujas fontes possuam naturezas distintas.



Financiamento da Campanha

- CONTAS BANCÁRIAS – DOAÇÕES PARA CAMPANHA, FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA – FEFC

- ✓ O uso de recursos financeiros para o pagamento de gastos eleitorais que não provenham das contas específicas, bem como a arrecadação de recursos que não transite por estas contas, implicará a desaprovação da prestação de contas do partido político ou do candidato;
- ✓ Se comprovado o abuso do poder econômico por candidato, será cancelado o registro da sua candidatura ou cassado o seu diploma, se já houver sido outorgado (art. 30-A, da Lei 9.504/97).

OBS: Eventual recusa ou o embaraço à abertura de conta pela instituição financeira, inclusive no prazo fixado em lei, sujeitará o responsável ao disposto no art. 347 do Código Eleitoral.

Art. 347. Recusar alguém cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral ou opor embaraços à sua execução: Pena - detenção de três meses a um ano e pagamento de 10 a 20 dias-multa.

Financiamento da Campanha

- ARRECADAÇÃO DE RECURSOS (Origens)

Os recursos destinados às campanhas eleitorais, respeitados os limites previstos, somente são admitidos quando provenientes de:

- 1 - recursos próprios dos candidatos;
- 2 - doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas;
- 3 - doações de outros partidos políticos e de outros candidatos;
- 4 - comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação;
- 5 - recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificada a origem dos terceiros doadores e que sejam provenientes: do **Fundo Partidário**; do **Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)**;
- 6 - de rendimentos decorrentes da locação de bens próprios dos partidos políticos ou gerados pela aplicação financeira de suas disponibilidades.



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
 - **EMPRÉSTIMOS**

- A utilização de recursos próprios que tenham sido obtidos mediante empréstimo somente é admitida quando a contratação ocorrer em instituições financeiras ou equiparadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

OBS: O candidato e o partido político devem comprovar à Justiça Eleitoral até a entrega da prestação de contas final:

I - a realização do empréstimo por meio de documentação legal e idônea; e

II - na hipótese de candidato, a sua integral quitação em relação aos recursos aplicados em campanha.



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**

**DO FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL
DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC**

- ❖ O FEFC será disponibilizado pelo Tesouro Nacional ao Tribunal Superior Eleitoral e distribuído aos diretórios nacionais dos partidos políticos.
- ❖ Inexistindo candidatura própria ou em coligação na circunscrição, é vedado o repasse dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para outros partidos políticos ou candidaturas desses mesmos partidos.
- ❖ É vedado o repasse de recursos do FP ou do FEFC, dentro ou fora da circunscrição, por partidos políticos ou candidatos que não pertençam à mesma coligação e/ou que não sejam coligados.



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**

DO FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC

- Os recursos provenientes do FEFC que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, obrigatória e integralmente, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no momento da apresentação da respectiva prestação de contas, e os provenientes do FP ao respectivo partido doador.
- Os partidos políticos devem destinar no mínimo 30% (trinta por cento) do montante do FP e do FEFC para aplicação nas campanhas de suas candidatas;
- Havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos do FP e do FEFC deve ser aplicado no financiamento das campanhas de candidatas na mesma proporção.



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**

DO FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC

- ❑ A verba do FP e do FEFC destinada ao custeio das candidaturas femininas deve ser aplicada pela candidata no interesse de sua campanha ou de outras campanhas femininas, sendo ilícito o seu emprego, no todo ou em parte, exclusivamente para financiar candidaturas masculinas;
- ❑ Na hipótese de repasse ou aplicação irregular de recursos do FP e do FEFC, em desacordo com as regras da legislação, deve o respectivo valor ser recolhido ao Tesouro Nacional pelo órgão ou candidato que realizou o repasse ou aplicação tido por irregular, respondendo solidariamente pela devolução o recebedor, na medida dos recursos que houver utilizado.
- ❑ O emprego ilícito de recursos do FP e/ou do FEFC, inclusive na hipótese de desvio de finalidade, sujeitará os responsáveis e beneficiários às sanções do art. 30-A da Lei nº 9.504/1 997, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.



- DISTRIBUIÇÃO DO FEFC – Eleições 2020**

Partido	Total (R\$)
PT	201.297.516,62
PSL	199.442.419,81
MDB	148.253.393,14
PP	140.669.215,02
PSD	138.872.223,52
PSDB	130.452.061,58
DEM	120.810.759,08
PL (PR)	117.621.670,45
PSB	109.545.178,16
PDT	103.314.544,11
REPUBLICANOS (PRB)	100.632.561,34
PODE	77.968.130,80
PTB	46.658.777,07
SOLIDARIEDADE	46.037.917,83
PSOL	40.634.516,50
PROS	37.187.846,96

Partido	Total (R\$)
NOVO	36.564.183,26
CIDADANIA (PPS)	35.824.724,42
PATRI	35.139.355,52
PSC	33.239.786,22
PC do B	30.941.860,30
REDE	28.430.214,66
AVANTE	28.121.267,64
PV	20.498.922,01
PTC	9.498.596,58
PMN	5.872.173,76
DC	4.025.171,90
PCB	1.233.305,95
PCO	1.233.305,95
PMB	1.233.305,95
PRTB	1.233.305,95
PSTU	1.233.305,95
UP	1.233.305,95
TOTAL GERAL	2.034.954.823,96



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
 - **DAS DOAÇÕES (MEIOS)**

As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de:

I- transação bancária na qual o CPF ou CNPJ (candidato ou partido) do doador seja obrigatoriamente identificado;

II - doação ou cessão temporária de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, com a demonstração de que o doador é proprietário do bem ou é o responsável direto pela prestação de serviços;

III - instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios da internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares.



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**

- **DAS DOAÇÕES (Limite em espécie)**

- As **doações financeiras** de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal.
- As doações financeiras, **de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), recebidas em espécie, não podem ser utilizadas** e devem, na hipótese de identificação do doador, ser a ele restituídas ou, se isso não for possível, devem ser consideradas de origem não identificada (RONI) e recolhidas ao Tesouro Nacional, de acordo com o art. 32 da Resolução TSE nº 23.607/2019.
- No caso da utilização das doações financeiras recebidas, ainda que identificado o doador, os valores devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional.



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **DAS DOAÇÕES (FINANCIAMENTO COLETIVO)**
(Crowdfunding / vaquinha)

- ✓ A partir de 15 de maio, foi facultada aos pré-candidatos a arrecadação prévia de recursos nesta modalidade, mas a liberação de recursos por parte das entidades arrecadadoras fica condicionada ao cumprimento, pelo candidato, dos pré-requisitos definidos nas alíneas "a" até "c", do art. 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019.
- ✓ Na hipótese prevista acima, se não for solicitado o registro da candidatura, as entidades arrecadadoras deverão devolver os valores arrecadados aos doadores na forma e nas condições estabelecidas entre a entidade arrecadadora e o pré-candidato.
- ✓ Incumbe à instituição arrecadadora encaminhar ao prestador de contas a identificação completa dos doadores, ainda que a doação seja efetivada por intermédio de cartão de crédito.



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **DAS DOAÇÕES (FINANCIAMENTO COLETIVO)**
(Crowdfunding / vaquinha)

O financiamento coletivo, se adotado, deverá atender aos seguintes requisitos:

- 1** - cadastro prévio na Justiça Eleitoral pela instituição arrecadadora, observado o atendimento, nos termos da lei e da regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil, dos critérios para operar arranjos de pagamento;
- 2** - identificação obrigatória, com o nome completo e o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) de cada um dos doadores, o valor das quantias doadas individualmente, a forma de pagamento e as datas das respectivas doações;
- 3** - disponibilização, em sítio eletrônico, de lista com identificação dos doadores e das respectivas quantias doadas, cujo endereço eletrônico, bem como a identificação da instituição arrecadadora, devem ser informados à Justiça Eleitoral, na forma por ela fixada;



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **DAS DOAÇÕES (FINANCIAMENTO COLETIVO)**
(Crowdfunding / vaquinha)

Continuação...

- 4 - emissão obrigatória de recibo de comprovação para cada doação realizada, sob a responsabilidade da entidade arrecadadora;
- 5 – envio imediato, pela entidade arrecadadora, para o candidato e a Justiça Eleitoral, na forma por ela estabelecida, de todas as informações relativas à doação;
- 6 - ampla ciência a candidatos e eleitores acerca das taxas administrativas a serem cobradas pela realização do serviço;
- 7 - movimentação dos recursos captados na conta bancária destinada ao recebimento de doações para campanha;
- 8 - observância dos dispositivos da legislação eleitoral relacionados à propaganda na internet.



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
 - **DAS DOAÇÕES (LIMITES)**

- ❑ As doações realizadas por pessoas físicas são limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano-calendário anterior à eleição;
- ❑ O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 10% (dez por cento) dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer;
- ❑ É vedada a aplicação indireta de recursos próprios mediante a utilização de doação a interposta pessoa, com a finalidade de burlar o limite de utilização de recursos próprios;
- ❑ O limite de pessoas físicas não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador ou à prestação de serviços próprios, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- ❑ A doação acima dos limites fixados sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de até 100% (cem por cento) da quantia em excesso, sem prejuízo de o candidato responder por abuso do poder econômico, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990;



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **DAS DOAÇÕES (FONTES VEDADAS)**

É vedado a partido político e a candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- I - pessoas jurídicas;
- II - origem estrangeira;
- III - pessoa física permissionária de serviço público.

OBS. 1: *A configuração da fonte vedada a que se refere o inciso II não depende da nacionalidade do doador, mas da procedência dos recursos doados.*

OBS. 2: *A vedação prevista no inciso III não alcança a aplicação de recursos próprios do candidato em sua campanha.*



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA (RONI)**

Caracteriza-se o Recurso como de Origem Não Identificada:

- I - a falta ou a identificação incorreta do doador;
- II - a falta de identificação do doador originário nas doações financeiras recebidas de outros candidatos ou partidos políticos;
- III - a informação de número de inscrição inválida no CPF do doador pessoa física ou no CNPJ quando o doador for candidato ou partido político;
- IV - as doações recebidas em desacordo com o disposto no art. 21, § 1º, da Resolução 23.607/2019, quando impossibilitada a devolução ao doador;
- V - as doações recebidas sem a identificação do número de inscrição no CPF/CNPJ no extrato bancário ou em documento bancário;
- VI - os recursos financeiros que não provenham das contas específicas de que tratam os arts. 8º e 9º desta Resolução;
- VII - doações recebidas de pessoas físicas com situação cadastral na Secretaria da Receita Federal do Brasil que impossibilitem a identificação da origem real do doador; e/ou
- VIII - recursos utilizados para quitação de empréstimos cuja origem não seja comprovada.

CAFÉ COM O CONTABILISTA

ONLINE

Financiamento e Prestação de Contas Eleitorais 2020

Uma parceria entre o CRCMG e EJEMG

JÚLIO CÉSAR DINIZ ROCHA

- COORDENADOR DE CONTROLE DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS – TRE-MG
- MEMBRO TITULAR DO GRUPO NACIONAL DE TRABALHO DAS NORMAS E SISTEMAS SOBRE FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS DO TSE